

## Método, metodologia e sujeito na “leitura” Geográfica do Trabalho no século XXI<sup>1</sup>

*Method, methodology and social agent in labor  
geography in the 21st century*

**Fernando Mendonça Heck**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP),  
Campus Avançado Tupã  
fernando.heck@ifsp.edu.br

---

### Resumo

A presença da discussão sobre o trabalho na Geografia brasileira tem aumentado significativamente desde a década de 1990. Vários artigos, monografias, dissertações e teses sobre o assunto foram publicadas e, também, cresceu significativamente o número de grupos de pesquisa que se dedicam a estudar esta temática. Deste modo, compreender as abordagens teórico-metodológicas presentes nestes estudos é o objetivo no presente texto. Optamos por estudar 27 teses de doutorado defendidas no âmbito do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), um dos primeiros a colocar em execução estudos sobre o trabalho na Geografia brasileira e atualmente constituído numa rede de pesquisadores(as) presente em 23 estados do Brasil. Verificamos que as pesquisas analisadas abordam e utilizam grande diversidade de fontes e estratégias metodológicas relacionadas aos objetivos de cada investigação individual e, portanto, não há uma compreensão fechada sobre as mesmas. Do mesmo modo, observamos que o materialismo histórico dialético é a referência central da Geografia do Trabalho, porém nunca restrito à revisão bibliográfica pura e sempre articulado com os trabalhos de campo e abordagens metodológicas plurais que permitam compreender os sujeitos do trabalho no século XXI.

**Palavras chave:** Trabalho; Método; Metodologia; Sujeito Social.

---

### Abstract

The presence of the discussion about labor in Brazilian Geography has increased significantly since the 1990s. Several articles, monographs,

---

<sup>1</sup> Este texto tem sua origem na nossa tese de doutorado defendida no ano de 2017 junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP Campus de Presidente Prudente (SP), sob orientação do Prof. Marcelo Dornelis Carvalhal. No entanto, a presente versão contou com a colaboração de onze leitores(as) críticos(as) que tornaram o artigo muito mais palpável e, certamente, melhor do que o manuscrito original, aos quais agradeço de coração pelas contribuições. Se não consegui incorporá-las integralmente ou dei sentidos distintos ao que foi solicitado a consequência é toda minha e dos meus limites teóricos e intelectuais.

dissertations and theses on the subject were published and the number of research groups that study this subject has grown significantly. Thus, to understand the theoretical-methodological approaches present in these studies is the objective in the present text. We chose to study 27 doctoral theses defended by researchers of the Study Center of Labor Geography (CEGeT) one of the first to carry out studies on labor in Brazilian Geography and currently constituted in a network of researchers present in 23 Brazilian states. We verified that the analyzed researches approach and use a great diversity of sources and methodological strategies related to the objectives of each individual investigation and, therefore, there is no closed understanding about them. In the same way, we observe that historical and dialectical materialism is the central reference of Labor Geography but never restricted to the bibliographic review and always articulated with field work and plural methodological approaches to understand the social agents of labor in the 21st century.

**Keywords:** Labor; Method; Methodology; Social Agent.

---

## **Introdução**

Tratar sobre os sujeitos nas pesquisas que versam sobre a temática do trabalho no âmbito da Geografia é essencial e, além disto, nos remete necessariamente ao debate teórico-metodológico. Portanto, acreditamos que é impossível falar sobre o sujeito do trabalho sem tratar de método e metodologia. O primeiro consiste na referência teórico-filosófica que orienta a forma como as pesquisas se encaminham como, por exemplo, se pela matriz positivista, se materialismo histórico dialético, se pela fenomenologia etc. O segundo corresponde ao conjunto de estratégias de pesquisa como análise documental, exame de dados secundários, realização de entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários, grupos focais, observação participante, pesquisa-ação, história oral, grupo focal, dentre outras. Geralmente, se subdividem entre “metodologias quantitativas” e “qualitativas”, base de um polêmico debate no âmbito das Ciências Humanas.

Assim, o sujeito será lido de distintas perspectivas nas Ciências Humanas e em particular na Geografia a depender do método e das metodologias adotadas nas pesquisas. No entanto, uma perspectiva geográfica que insere o ser social (sociedade) na base dos seus estudos deve centrar-se no trabalho empírico e teórico como partes indissociáveis do fazer-se das pesquisas. Deste modo, os trabalhos de campo tornam-se ferramentas essenciais para vislumbrar o papel dos sujeitos na produção do espaço geográfico. Porém, os trabalhos de campo não podem ser entendidos como um fim em si mesmo, pois o referencial teórico-filosófico (método) deve estar correlacionado com

o mesmo o que possibilita mais afinidades e aprofundamentos com categorias mais complexas como gênero, raça, etnia, *ethos*, classe social etc. No entanto ocorre que a ciência geográfica nem sempre observou os trabalhos de campo dessa maneira, sobretudo por conta da influência do positivismo, que marcou sua história desde a sistematização no século XIX, quando a Geografia era compreendida como uma ciência empírica e descritiva (THOMAZ JUNIOR, 2005).

Por isso, nossa opção foi iniciar o primeiro item do artigo a partir da discussão do trabalho de campo, um procedimento metodológico na Geografia, sob distintas concepções de método ao longo da história do pensamento geográfico. Apontamos para existência de pelo menos três perspectivas que o trabalho de campo ocupou na produção dos geógrafos em distintos contextos históricos. Esse debate é importante, pois a partir dele é possível compreender a centralidade que ocupa o método quando focamos o procedimento metodológico do trabalho de campo e, da mesma maneira, como podemos enxergar e compreender o papel do sujeito na produção geográfica, especialmente o sujeito do trabalho.

Na sequência, enfatizamos nas publicações do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), sobretudo as vinte e sete teses<sup>2</sup> de doutorado concluídas até o ano de 2017 – defendidas junto a Universidade Estadual Paulista (UNESP) Campus de Presidente Prudente<sup>3</sup> – procurando mostrar como a Geografia do Trabalho parte de uma perspectiva que tem centralidade na realização dos trabalhos de campo a partir do emprego de distintas metodologias. Entretanto, quando se trata do método, a “leitura” geográfica do trabalho centra-se no materialismo histórico dialético, sob forte influência lukácsiana. Por fim, toda essa discussão desemboca na necessidade de discutir o sujeito e seu papel na construção da Geografia do Trabalho, localizando-o a partir dos conflitos territoriais e de classe, no movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora e nas suas heterogêneas formas de explicitação no século XXI.

---

<sup>2</sup> Par chegar a tal número juntamos as teses de doutorado defendidas até o final de 2017 orientadas pelos professores Marcelo Dornelis Carvalho e Antonio Thomaz Junior.

<sup>3</sup> É importante ressaltar que as teses de doutorado produzidas no âmbito da Rede CEGeT de Pesquisadores (RCP) não se resumem à UNESP de Presidente Prudente, porém, para a presente contribuição, não foi possível fazer a leitura das teses defendidas noutras universidades assunto que fica em aberto para outro momento.

### **Geografia e trabalho de campo: breve histórico**

Desde a sistematização institucional dos conhecimentos geográficos, no século XIX<sup>4</sup>, os(as) geógrafos(as) se ocuparam das pesquisas de campo sob diferentes enfoques metodológicos, inspirados no método de análise predominante no pensamento geográfico de cada contexto histórico. É possível destacar, muito brevemente, três mudanças significativas que houveram na história da Geografia sobre o papel dos trabalhos de campo como procedimento metodológico: 1) a supervalorização do empirismo e da descrição; 2) certa rejeição do empirismo e pouca valorização dos trabalhos de campo; 3) a proposta de articulação entre teoria e prática.

Na chamada Geografia Clássica ou Tradicional o trabalho de campo não era uma metodologia, mas o próprio método à medida que descrever a realidade era a tarefa fundamental, inspiração/imposição das ciências “naturais” e do método positivista. Assim, considerava-se análise científica apenas aquela que fosse passível de comprovação a partir da observação e experimentação, expressão da concepção hegemônica lógico-mecanicista. Acreditava-se que as leis e lógicas que explicavam certos fenômenos naturais também pudessem ser aplicadas para o entendimento da sociedade, sendo que somente ao operar desta maneira se conseguiria atingir uma explicação científica para os processos sociais. No entanto, apreender o surgimento do positivismo é importante, pois seus pressupostos confrontavam com o paradigma filosófico e científico existente na época amplamente influenciado por concepções metafísicas, transcendentais e do irracionalismo.

O contexto dos séculos XVIII e XIX é de avanço de explicações “neutras” e desvinculadas das fantasias irracionais e das leis divinas que influenciaram os entendimentos científicos e filosóficos nos séculos anteriores. Deste modo, o positivismo, ao negar a interferência religiosa e procurar entender os fenômenos do mundo de forma “neutra”, livre de juízos de valor, crenças e ideologias, pôde avançar e romper, até certo limite, com as explicações irracionais e opressoras sob as quais a religião hegemônizou durante toda Idade Média (séculos V ao XV) as formas de explicação do real. Contudo, no decorrer do processo histórico o positivismo tornou-se uma abordagem absolutamente irreal para o entendimento da sociedade, pois é impossível entendê-la apenas pela descrição ou a partir da decretação de leis naturais e

---

<sup>4</sup> Cf. Moraes (1999) e Moreira (2010).

invariáveis constatadas pela “observação direta”, a serem transpostas/impostas para o movimento da sociedade. A física social de Augusto Comte e o malthusianismo são exemplos históricos da incompatibilidade e insuficiência dos procedimentos analíticos positivistas como balizadores para compreensão dos processos sociais (MOREIRA, 2009).

Na Geografia esse entendimento influenciado pelo positivismo levou, na sua versão mais radical, à justificação da “superioridade” dos povos europeus sobre as suas colônias e a um conjunto de pesquisas com uma exaustiva descrição dos lugares, dos povos, aspectos físicos e sociais (MORAES, 1999). Estes estudos, aparentemente neutros e desinteressados, foram fundamentais para que as potências imperialistas conhecessem os territórios e dominassem os povos, conquistando as colônias. Por isso, a Geografia Clássica pretensamente “desinteressada” e “neutra” tornou-se um braço fundamental do Estado e do imperialismo burguês<sup>5</sup>, bem como o positivismo um método limitado para compreender os processos sociais e, obviamente, a produção social do espaço.

Deste modo, negava-se a teoria (“interferências externas”) e a Geografia era entendida como uma ciência empírica. Não é a toa que os relatos de viagens e a descrição profunda das paisagens, com uma gama infinda de aspectos sociais e naturais, se constituíam no papel central atribuído aos(as) geógrafos(as). Isso levou ao entendimento errôneo de que o “somatório” de todas estas descrições poderia oferecer uma sistematização da totalidade, leia-se: realidade. Em outras palavras, a unidade da diversidade entre componentes físicos e humanos da paisagem, relegou a “leitura” geográfica apenas à aparência dos fenômenos (MOREIRA, 2010).

Assim, a produção geográfica influenciada pelo positivismo ofereceu uma compreensão limitada dos processos sociais, todavia contribuiu para o entendimento determinista e subserviente aos interesses do imperialismo, o que seguiu desde o século XIX até meados do século XX. No imediato pós-guerra (2ª Guerra Mundial) e com maior ênfase na década de 1970, surge a Geografia Teorético Quantitativa, que se colocou como uma alternativa ao “empirismo” da Geografia Clássica, impondo à frente

---

<sup>5</sup> Sobre o assunto ver o livro clássico de Yves Lacoste “*A Geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*” que chegou ao Brasil em “edição pirata” por volta de 1978 e foi publicado oficialmente pelo autor em 1976 na França.

de todo processo cognitivo a prevalência dos modelos previamente estabelecidos, porém sem romper com o método positivista.

Neste referido momento histórico, o avanço das técnicas caracterizou a hipótese dos(as) geógrafos(as) pragmáticos e neopositivistas, ou seja, a rejeição ao empirismo da Geografia Clássica e à realização dos trabalhos de campo. Alentejano e Rocha-Leão (2006, p.55) sistematizaram este entendimento da seguinte maneira:

[...] os trabalhos de campo passaram a ser execrados e praticamente riscados do mapa das práticas dos geógrafos sob o argumento de que as tecnologias da informação e os modelos matemáticos seriam instrumentos mais adequados para a investigação da realidade.

Tratava-se então de um claro empobrecimento da própria Geografia Clássica sem qualquer rompimento com o método positivista, já que essa Geografia, que se pretendia “nova”, não faria mais que precisar (matematicamente) as imprecisões da outra (PORTO-GONÇALVES, 1982). Assim, colocar os trabalhos de campo em segundo plano e supervalorizar a utilização das tecnologias e dos modelos matemáticos significou, antes de uma alternativa frente ao empirismo da Geografia Clássica, o próprio sintoma da profunda crise da ciência geográfica. Neste particular, compreendemos que a crise da Geografia se expressou, sobretudo na sua incapacidade de compreender o espaço produzido socialmente, reduzindo-o, a uma noção de receptáculo das ações humanas (SANTOS, 1977).

Além disso, o contexto histórico no qual emerge a crítica da Geografia Clássica e Teorético-Quantitativa no Brasil é justamente num momento de ascensão das lutas sindicais e sociais e de crise do capitalismo em escala internacional que permitiram o florescimento de formas renovadas de compreensão do espaço sob o prisma do materialismo histórico dialético. Isso significou a produção de uma “geografia da crise” em resposta a “crise da geografia” que, nos dizeres de Porto Gonçalves (1982), no seu famoso artigo “*A Geografia está em crise. Viva a Geografia!*”, estaria engajada com a afirmação de uma teoria do espaço que seja do e para os homens e as mulheres e não o espaço das opressões e da dominação de classe<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> É o mesmo que fez Milton Santos em *Por uma Geografia Nova*, publicado na sua primeira edição em 1978, quando diz, ao final do livro, ser desafio do(a) geógrafo(a) a reconstrução de um espaço que seja realmente o espaço dos homens e mulheres, de toda gente e não somente o espaço do capital e de alguns.

Por isso, as concepções que estiveram inspiradas no positivismo foram criticadas em seus principais limites e renovadas pelo movimento da Geografia Crítica no final dos anos 1970, momento no qual o debate sobre o trabalho de campo também irá reaparecer. A Geografia Crítica, em sua forte oposição ao empirismo da Geografia Clássica e ao pragmatismo da Geografia Teorético-Quantitativa, cuja opção foi o método do materialismo histórico dialético, inicialmente passou a recusar a validade do trabalho de campo como instrumento de construção do pensamento geográfico, já que a ênfase estava conferida na teoria (ALENTEJANO e ROCHA-LEÃO, 2006). Contudo, a inseparabilidade da teoria e da prática, base da construção da própria obra marxiana<sup>7</sup>, propiciou um repensar do papel dos trabalhos de campo enfatizando a necessidade da articulação entre teoria e prática (*práxis*).

Ainda sobre a crítica da Geografia Clássica cabe também uma importante ressalva de outro campo de estudos geográficos, não necessariamente influenciados pelo materialismo histórico dialético, porém, preocupado com abordagens qualitativas e mais ligado ao método fenomenológico como o estudo das percepções, do simbólico, do espaço vivido, subjetividades, dentre outros: a geografia humanista ou cultural. Estes estudos pautaram os trabalhos de campo não necessariamente para descrever a paisagem, mas para capturar as narrativas, o imaginário, enfim, aspectos presentes nos espaços socioculturais. Por isso, sempre tiveram de pautar metodologias qualitativas, o que muito contribuiu para qualificar os trabalhos de campo e ultrapassar a perspectiva descritiva. Heidrich (2016) argumenta que para trabalhar com estas questões culturais em campo é necessário envolvimento do(a) pesquisador(a) com o contexto da pesquisa, pois é preciso lidar com a oralidade e posteriormente destrinchar seus significados e sentidos, algo que não é possível a partir de parâmetros metodológicos limitados, por exemplo, ao quantitativismo.

Numa clara crítica à perspectiva Clássica diz Heidrich (2016, p.21-22): “as feições da geografia estão à nossa volta e estamos embebidos delas, mas não basta captar sua imagem, delinear seus contornos objetivos, sem distinguir as afetações

---

<sup>7</sup> Segundo Netto (2011) Marx recorreu à utilização de distintas técnicas de pesquisa que hoje são entendidas como análise bibliográfica e documental, análise de conteúdo, observação sistemática e participante, entrevistas, instrumentos quantitativos, dentre outros como fundamentos para construir o seu pensamento, o método materialista histórico-dialético e a sua filosofia da *práxis*. Também Engels (2008) no seu clássico “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*” lançou mão de muitos trabalhos de campo, percorrendo palmo a palmo os bairros operários do Reino Unido de meados do século XIX.

simbólicas e o uso que se fazem delas”. Portanto, a preocupação com o trabalho de campo que ultrapasse a aparência das paisagens é também fundamental para a Geografia Humanista-Cultural, pois as relações espaciais não são paisagem visível, já que não se captam a dor, o preconceito, os estigmas e formas veladas de dominação (HEIDRICH, 2016).

No entanto, a grande problemática que envolve os estudos culturais na Geografia é a sua busca em limitar-se ao entendimento autonomizado que pode resultar em perspectivas que consideram muito mais o indivíduo e suas representações sem a necessária preocupação com a sociedade e do real que nos orienta para a necessária compreensão do modo de produção, das classes sociais etc. Neste sentido, a advertência de Carlos (2007) aos estudos culturais quando diz que decreta-se a morte da sociedade ao supervalorizar o sujeito preso a sua situação individual é absolutamente atual e válida para o repensar de algumas das perspectivas presentes nesse campo de estudos na Geografia. É por esse motivo que compreendemos a importância da contribuição metodológica oriunda dos estudos culturais, que se apresenta inclusive nos estudos da Geografia do Trabalho, como veremos, mas não concordamos com a ideia de que se autonomize o sujeito e se desconsidere o materialismo histórico dialético como método analítico.

Por isso, a Geografia Crítica é o referencial fundamental para compreender os trabalhos de campo, as metodologias empregadas neste enquanto possibilidades de ultrapassar a aparência do arranjo paisagístico, mas sempre conectadas à teoria e questões gerais, já que o singular é síntese de múltiplas determinações. Assim, sob o enfoque teórico de não apenas pensar o mundo, mas enfaticamente pensar e ser (MOREIRA, 2007) houve a possibilidade de projetar o trabalho de campo articulado à teoria, como instrumento para desvendar os mecanismos de construção da dominação e da exploração (ALENTEJANO e ROCHA-LEÃO, 2006). Portanto, o trabalho de campo tornou-se um procedimento metodológico e não mais o próprio método como havia sido concebido na Geografia Clássica de inspiração positivista. Essa nova perspectiva permitiu superar o empirismo positivista, bem como os entendimentos que secundarizavam o trabalho de campo e privilegiavam apenas o modelo matemático (Geografia Teorético Quantitativa) ou a teoria (Geografia Crítica), marcando uma ruptura com estas concepções.

Segundo Thomaz Junior (2005) essa nova perspectiva em relação ao papel do trabalho de campo, na Geografia Crítica, permite que os conceitos e categorias expressem o movimento contraditório das diferentes manifestações espaciais (estrutura de classes) e não apenas a aparência descritiva da realidade. Ou seja, a tarefa é muito maior do que relatar e descrever a paisagem observada, mas considera-la como uma instância do ato de conhecer que deve ser aprofundada para se chegar ao entendimento da produção social do espaço geográfico não verificável apenas na aparência do arranjo paisagístico. Então, o desafio prioritário para os(as) geógrafos(as) críticos(as) foi se interessar menos em descrever as formas expressas na paisagem, mas entender o seu processo histórico e social de produção, isto é, interpretar o arranjo paisagístico visível como ponto de partida e que só pode ser decifrado a partir das relações sociais (invisíveis) que o formaram<sup>8</sup>.

Assim, a partir da inspiração centrada na obra marxiana e nos(as) autores(as) marxistas, a Geografia Crítica oferece a possibilidade de compreender não apenas a aparência do arranjo paisagístico, mas a essência dos fenômenos que se escondem por detrás da paisagem, possibilitando o desvendamento de máscaras sociais (MOREIRA, 1982). Em decorrência, a releitura do papel do trabalho de campo que nos oferece a perspectiva crítica funda as bases para um entendimento qualificado da produção do espaço geográfico, dos conflitos de classe e do papel dos sujeitos sociais.

É sob essa influência que se edifica a Geografia do Trabalho e a Rede CEGeT de Pesquisadores (RCP), desde o início da década de 1990 no Brasil, com ênfase na concepção de que o conhecimento começa pelo visível (empírico) – daí a importância dos trabalhos de campo e dos procedimentos metodológicos – para, num segundo momento, tornar-se concreto em pensamento. A partir disso, temos a oportunidade de situar as contradições, os limites teóricos dos referenciais explicativos e propor, quando necessário, a construção de um instrumental teórico-metodológico capaz de subsidiar com capacidade analítica e explicativa a dinâmica geográfica do trabalho no século XXI sem romper, obviamente, com a perspectiva do materialismo histórico dialético (THOMAZ JUNIOR, 2006).

---

<sup>8</sup> Cf. Moreira (2007).

### **A *práxis* teórico-metodológica da Geografia do Trabalho no Brasil**

O referencial advindo da perspectiva da Geografia Crítica sobre os trabalhos de campo é fundante da opção teórico-metodológica sob a qual se concebe a “leitura” geográfica do trabalho no Brasil. Pensar e agir, mas, sobretudo compreender que é pela via do trabalho e da luta de classes que se encontram as alternativas de uma sociedade para além do capital<sup>9</sup>, se torna a referência das pesquisas desses(as) geógrafos(as) (THOMAZ JUNIOR, 2009). Igualmente, é nesta direção que os trabalhos de campo têm contribuído centralmente (desde os anos 1990) nas pesquisas desenvolvidas pelo CEGeT.

Todavia, as pesquisas e estudos sobre o trabalho na Geografia não oferecem uma leitura fechada sobre as metodologias empregadas, ou uma proposição basilar como espécie de “manual” metodológico sobre o tema, algo que também não é a finalidade<sup>10</sup>. O objetivo é outro, sobretudo, ressaltar como distintas fontes são de extrema importância para as pesquisas em Geografia do Trabalho – a relação de complementaridade entre o quantitativo e o qualitativo – entendendo-as como passos importantes para a “leitura” geográfica do trabalho. Porém, sem a pretensão de apresentar um “esquema” fechado de como devem se configurar as metodologias de pesquisa nesse campo de investigação.

As pesquisas desenvolvidas pelo CEGeT abordam e utilizam grande diversidade de fontes e que estão ligadas aos objetivos de cada investigação individual. Contudo, o trabalho de campo é uma atividade comum para praticamente a totalidade das pesquisas concluídas e em andamento no âmbito do grupo de pesquisa. O que significa que comparece a preocupação em construir os trabalhos acadêmicos na interlocução com os sujeitos sociais e suas organizações coletivas (movimentos sociais, sindicatos etc.). Mais do que isso, defendemos a necessária perspectiva dialógica de

---

<sup>9</sup> Cf. Meszáros (2002).

<sup>10</sup> Basta perceber que nas 27 teses de doutorado defendidas no âmbito do CEGeT até o ano de 2017 há inúmeras estratégias metodológicas nos trabalhos de campo de cada pesquisa individual como a entrevista (história oral, semi-estruturada, livre/aberta, questionário), observação participante, grupo focal, análise do discurso, bem como, a pesquisa documental (em inúmeras instituições do Estado e da sociedade civil, mídia impressa e escrita etc.), participação direta em atividades dos movimentos sociais e a análise dos dados estatísticos oficiais. Em todas as análises, há o tratamento em conjunto das informações “quantitativas” e “qualitativas”, como abordagens metodológicas que não se excluem, mas, sim, complementam-se, muito embora, e não poderia ser diferente, prevaleça a abordagem qualitativa em todos os procedimentos metodológicos das teses defendidas no grupo de pesquisa.

investigação que possa resultar numa ação educativa de mão dupla na qual todos os sujeitos envolvidos na pesquisa possam compartilhar seus conhecimentos, aquilo que Simões (2015) entende pelo conceito de postura investigativa<sup>11</sup>. Tudo isso é consequência da opção teórico-política orientada na proposição de uma geografia militante e que tem como referência a crítica radical do metabolismo social do capital (THOMAZ JUNIOR, 2002; MESZÁROS, 2002; ANTUNES, 2009).

Sob tal posicionamento teórico-político é possível concluir que a Geografia do Trabalho construída pelo CEGeT rejeita veementemente qualquer possibilidade de um saber neutro e desinteressado, já que, como diz Marcos (2006), não existe ciência neutra, pois não há ciência sem compromisso. Nesse sentido, entendem que a busca pela “objetividade” na ciência não pode ser sinônimo de neutralidade seguindo, em síntese, o que argumentam Oliveira e Oliveira (1998, p.26):

Diante de uma realidade marcada por relações de dominação e de privilégio entre pessoas e grupos sociais, objetividade não pode mais ser sinônimo de descomprometimento e de imparcialidade, sob pena de se transformar em cinismo e insensibilidade. Diante da oposição entre dominantes e dominados, ser objetivo significa reconhecer e analisar este enfrentamento inscrito na realidade e colocar-se a serviço da superação das estruturas que mantêm ou reforçam o autoritarismo e a desigualdade.

Então, é a partir do compromisso com os sujeitos sociais na perspectiva da superação da ordem vigente que a Geografia do Trabalho fundamenta sua perspectiva teórico-metodológica-política. Isso significa que no âmbito do CEGeT entendemos que a neutralidade científica é um argumento falso e a construção de uma ciência compromissada com a transformação da sociedade é o referencial primordial. Por isso, a articulação entre teoria e prática é o que fundamenta a construção das metodologias de cada pesquisa individual. Conforme a síntese de Thomaz Junior (2009, p.33):

Essa caminhada da atividade profissional vem sendo edificada por intermédio do referencial teórico-metodológico marxista, comprometido politicamente com a construção de conhecimentos que nos ofereça rico ferramental para compreendermos a sociedade do capital e o capitalismo, no século XXI, e demarcarmos os desejos de

---

<sup>11</sup> Para o autor a postura investigativa é elemento fundamental na pesquisa, pois procura demonstrar como construímos o diálogo com os sujeitos, se numa perspectiva de diálogo desigual e apriorística com o intuito de “depositar ideias de um sujeito no outro”, ou com o objetivo de dar a devida importância ao que os mesmos querem narrar e importância aos seus saberes e práticas.

transformação radical do sistema do capital. Mais que isso, não bastaria somente entendê-la, mas, em essência, insisto, transformá-la e, conseqüentemente, priorizar as questões que, na sua marcha histórica, nos desafiam à perspectiva societária socialista, que seja capaz de abrir horizontes libertários do ponto de vista de classe, da classe trabalhadora.

Isto posto, o trabalho de campo torna-se uma abordagem metodológica fundamental, mas que não permite, por si só, o conhecimento aprofundado da realidade social do trabalho. Todavia, quando ligado à orientação do materialismo histórico dialético, e cotejado com o conceito de *práxis*, isto é, pensar o mundo para transformá-lo<sup>12</sup>, permite apreender o salto que existe entre a teoria e a prática, não “engessando” a pesquisa somente ao campo do debate teórico e tampouco a reduzindo-o ao empirismo vulgar. Tal premissa é presente nas teses de doutorado publicadas até o ano de 2017 pelos membros do Grupo de Pesquisa, algo que também se relaciona aos estudos e pesquisas que Antonio Thomaz Junior difundiu na década de 1990, sobretudo seu doutorado, livre docência e o memorial do seu concurso de Professor Titular<sup>13</sup>.

É nesse sentido que, por exemplo, a pergunta norteadora da tese de livre docência de Thomaz Junior (2009) é crucial para o entendimento do conceito de *práxis* em seu sentido marxista: quem são os homens e mulheres capazes no século XXI de transformar/emancipar a sociedade e imprimir outro curso histórico para além do capital? Isso permitiu ao autor, compreender os limites de determinado entendimento enrijecido da teoria marxista sobre a classe trabalhadora e repor tal debate pela via de uma reunificação dos diversos mundos do trabalho (conceito de universo do trabalho) que, a seu ver, ultrapassam as linhas do operariado fabril, e antes de indicar a perda da centralidade teórica, política e ontológica do trabalho indicam tão somente sua fragmentação e heterogeneidade no século XXI.

Mais do que isso, a formulação de tal pergunta e a construção das respostas está assentada numa perspectiva de “leitura” geográfica na qual os trabalhos de campo foram fundamentais, rejeitando a pura “revisão bibliográfica” executada nos gabinetes e

---

<sup>12</sup> A conhecida XI tese de Marx em *Teses sobre Feuerbach* apresenta magistralmente o constructo de um conceito de *práxis*. Diz ele: “os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de modos diferentes; o que importa, porém, é transformá-lo” (MARX, 1974).

<sup>13</sup> Não há dúvidas que esta perspectiva se relacione com os demais grupos da Rede CEGeT que se espalham por 23 estados da Federação, onde os(as) pesquisadores(as) multiplicam essas concepções. As mesmas premissas são geralmente compartilhadas durante as Jornadas do Trabalho, evento nacional organizado anualmente pela Rede CEGeT de Pesquisadores/as (RCP).

que se distancia da realidade concreta da classe trabalhadora. Na mesma monta, refuta o empirismo desarticulado do método analítico, pois os desafios que se colocam à busca infinda da superação dos limites intelectuais só serão efetivamente tratados mediante a *práxis* da pesquisa teórica e empírica (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Assim, fica claro que é a partir da centralidade nos trabalhos de campo, devida preocupação com as abordagens metodológicas e o método que a Geografia do Trabalho procura demonstrar como é possível ultrapassar a esfera do sensível de um determinado arranjo paisagístico alcançando a essência do espaço geográfico que se esconde por trás da “fotografia” da paisagem (THOMAZ JUNIOR, 2005). Deste modo, comparece em cena entender o trabalho de campo como uma condição ímpar para a “leitura geográfica”, sendo necessária a sua ligação de forma direta ao exercício teórico com rigor, pois do contrário podemos apenas produzir uma mera geografia da descrição das paisagens e não entender o movimento contraditório da organização/produção do espaço (estrutura de classes), que se esconde por trás da aparência do arranjo paisagístico. Isso quer dizer que no âmbito do CEGeT o trabalho de campo tem servido, sobretudo, para desvendar os conflitos territoriais e de classe, as experiências de trabalho no campo e na cidade, as formas de luta e organização dos(as) trabalhadores(as), que não se apresentam no nível meramente empírico da paisagem, senão têm vínculos com toda a estrutura social e territorializam-se de diferentes formas (THOMAZ JUNIOR; LEÃO; PIGNATI, 2016).

Consequentemente a essa posição teórico-metodológica-política, reconhecemos que a Geografia do Trabalho pode oferecer, por exemplo, um contraponto às leituras geográficas que priorizam apenas a dinâmica e localização das indústrias/agroindústrias. Estas geralmente privilegiam a discussão no âmbito da mera “espacialização” das indústrias, negligenciando a essência histórica da sua existência. A questão central da crítica centra-se em pensar a existência de tais objetos geográficos ligados a construção histórica da sociedade dependente da extração de trabalho não pago (excedente), da subordinação da renda da terra dos(as) trabalhadores(as) camponeses(as), e outras formas de exploração do trabalho, isto é, aquilo que é o motor central para a existência na paisagem de tais indústrias/agroindústrias. Somente espacializa-las num produto cartográfico, atividade que sem dúvida nenhuma é importante, mas não suficiente, ou dar prioridade apenas para à sua centralidade ou não em determinadas regiões, teorias

da concentração/desconcentração industrial, não deve ser encarada como satisfatória para a “leitura” geográfica do trabalho.

Ou seja, a Geografia do Trabalho deve atentar-se para esfera dos sujeitos sociais e às relações históricas de trabalho estabelecidas nas quais se inserem, elementos que são fundamentais para existência das estruturas que se expressam empiricamente através de objetos espaciais como as indústrias/agroindústrias etc. Daí pode-se compreender a importância devida que se dá aos trabalhos de campo, pois é a partir destes que conseguiremos compreender o conflito de classes que não se expressam na aparência da paisagem, mas têm significado crucial para o entendimento do espaço geográfico. Isso porque a questão que direciona o olhar/leitura da paisagem se expressa na tentativa, sempre, de explicar o movimento materializado pelos sujeitos sociais e os conflitos territoriais e de classe daí decorrentes.

Neste quesito podemos tomar como outro exemplo o doutorado de Antonio Thomaz Junior quando estudou a relação capital-trabalho no setor sucroalcooleiro paulista. Seu foco não esteve centrado somente na reestruturação do capital, mas, sobretudo nas consequências de tais transformações para o trabalho. Ao investigar esse conflito estrutural no âmbito do capital agroindustrial sucroalcooleiro paulista o autor pôde oferecer uma contribuição significativa para Geografia, pois, ultrapassou a leitura empobrecida de uma “geografia das indústrias” na qual os(as) trabalhadores(as) são invisibilizados(as), embora constituam o elemento fundamental que explica a existência e localização das mesmas.

Para alcançar tais objetivos o autor construiu sua tese a partir de inúmeros trabalhos de campo, entrevistas, análise documental sem deixar também de utilizar-se das informações estatísticas. Assim, a construção da mesma mostra o significativo papel que o trabalho de campo desempenhou na sua fundamentação. É, sem sombra de dúvidas, importantíssimo referencial construído, a partir da articulação entre elementos metodológicos quantitativos e qualitativos. E, mais do que isso, algo que também fica evidente nas teses de doutorado analisadas, trata-se de uma perspectiva centrada no compromisso com as lutas dos(as) trabalhadores(as), na construção coletiva e conjunta com estes(as)<sup>14</sup> e não reduzida a um trabalho de campo “surdo” e “mudo” no qual o(a)

---

<sup>14</sup> Por exemplo, o CEGeT/CEMOSi Presidente Prudente, para além das pesquisas, organiza em conjunto com outros grupos de pesquisa (a exemplo do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Reforma Agrária – NERA) e movimentos sociais (MST, Levante Popular da Juventude etc.) as Jornadas em Defesa da

pesquisador(a) apenas quer atestar aquilo que já compreende teoricamente ou meramente enquadrar a realidade e o recorte analítico – mesmo que em muitos casos ela coloque suas posições em xeque – na teoria.

É nesta mesma perspectiva teórico-metodológica que as pesquisas posteriores realizadas no âmbito do CEGeT, nas quais, a centralidade do trabalho – assunto que trabalharemos no próximo item do artigo – e, portanto, do conflito estrutural capital-trabalho, nos mais amplos desdobramentos<sup>15</sup>, tratarão destas temáticas fundamentais a serem consideradas pela “leitura” geográfica. Os assuntos são variados e recobrem diferentes recortes temáticos e territoriais com uma forte ênfase na realização dos trabalhos de campo, pensando-os sempre na sua articulação com o método e na perspectiva de complementaridade entre o “qualitativo” e o “quantitativo” (IKUTA, 2008; ALVES, 2014; PONTE, 2014).

Na análise das teses de doutorado publicadas até o momento a articulação das metodologias quantitativas-qualitativas é uma característica comum. Concomitantemente as fontes das pesquisas são quase sempre problematizadas nos seus limites e contribuições. Como diz Brumatti Carvalhal (2009) que, ao comparar fontes numéricas com entrevistas realizadas com trabalhadoras do setor de confecções, argumenta que as narrativas, quando se consegue a confiança das pessoas para falarem

---

Reforma Agrária (JURA), bem como, recentemente as cestas agroecológicas *Raízes do Pontal* momento em que assentados de reforma agrária podem comercializar sua produção na universidade para professores(as), estudantes, moradores do entorno etc. Estes são exemplos de compromisso que é muito mais amplo do que apenas construir as pesquisas “para os(as) trabalhadores(as)”, mas como convenciamos denominar popularmente no grupo de pesquisa: “queremos construir pesquisas e lutas com os(as) trabalhadores(as)”. O mais interessante de tudo isso é que estas práticas são amplificadas quando observamos os trabalhos desenvolvidos pelos membros da Rede CEGeT de Pesquisadores pelo Brasil.

<sup>15</sup> Observando a temática das teses de doutorado defendidas no âmbito do CEGeT, percebe-se que os trabalhos versam sobre temas como a modernização da agricultura e seus desdobramentos para os trabalhadores do campo e da cidade (MENDONÇA, 2004; SCHLOSSER, 2005), a relação capital-trabalho em indústrias/agroindústrias e as diferentes formas de controle social impostas aos trabalhadores em diferentes setores produtivos (OLIVEIRA, 2009; BEZERRA, 2012; PONTE, 2014; SOUZA, 2011; AZEVEDO, 2013), as organizações coletivas de trabalhadores (formais/informais) associações, movimentos sociais, sindicatos, etc., os conflitos por terra e água e uma abordagem crítica às políticas públicas (CARVALHAL, 2004; FOSCHIERA, 2009; GONÇALVES, 2006; MONTENEGRO GOMEZ, 2006; IKUTA, 2008; SILVA, 2008; BERNAT, 2012; ALVES, 2014) como também, as diferentes formas de exploração do trabalho com relação às questões de gênero, e suas repercussões no âmbito das lutas dos homens e mulheres, observando que o capital se apropria da opressão histórica do patriarcado para “oferecer” às mulheres remunerações menores que dos homens em funções iguais no processo de trabalho, a dupla jornada de trabalho, dentre outros assuntos (FRANCO GARCIA, 2004; BRUMATTI CARVALHAL, 2009). O fio condutor de todas estas pesquisas centra-se no conceito de trabalho e na abordagem dos conflitos.

das suas vidas, seus costumes e cotidiano, superam em muito a obtenção de informações quantitativas.

Ou ainda, como no trabalho de Bezerra (2012) no qual a construção de uma matriz para obtenção de dados estatísticos é apenas um passo importante da pesquisa que deve ser confrontada/complementada com os trabalhos de campo. Mesma perspectiva presente nos trabalhos que partem da análise do discurso (SOUZA, 2011; SCHLOSSER, 2005) em que as fontes escritas (jornais, sítios da *internet*, etc.) e narradas/audiovisuais (rádio, televisão) estão sempre acompanhadas da investigação em campo. Abordagem que corrobora com aqueles(as) que partem da utilização da entrevista semiestruturada, história oral, observação participante e grupo focal (PONTE, 2014; FRANCO GARCIA, 2004; FOSCHIERA, 2009; BRUMATTI CARVALHAL, 2009; GONÇALVES, 2006; CUNHA, 2017; PERPETUA, 2016), em que as narrativas são fontes fundamentais que, dentre outras contribuições, permitem avançar na interpretação para além das informações estatísticas.

Sendo assim, tais estudos oferecem uma contribuição significativa para a Geografia, podendo pensar a temática do trabalho como um tema vivo no corpo dessa ciência, sem necessariamente criar mais uma “gaveta” nas já tradicionais divisões internas à Geografia (THOMAZ JUNIOR, 2002; MOREIRA, 2002). Em síntese, a Geografia do Trabalho tem um objetivo fundamental radicado no referencial marxiano que é seguir o primado do sujeito enquanto centralidade da *práxis* do conhecimento, por isso, ela tem a tarefa de ultrapassar a hegemônica prática da “geografia das estruturas”, eleita como matriz do pensamento e prática de grande parte dos(as) geógrafos(as), desde sempre.

Assim, os(as) trabalhadores(as) tornam-se sujeitos sociais ativos e não meros fatores de produção<sup>16</sup> podendo interferir na paisagem e na geografia do capitalismo (HEROD, 2001) e transformar o espaço geográfico sobretudo, a partir das lutas de contraespaço<sup>17</sup> (MOREIRA, 2013; MENDONÇA, 2004; CARVALHAL, 2000). E, é

---

<sup>16</sup> Aqui podemos estabelecer um frutífero diálogo com os geógrafos marxistas anglófonos que fundaram a perspectiva da “*Labor Geography*” (HEROD, 1997; 2001; 2014), opondo-se radicalmente aos neoclássicos que viam o trabalho apenas como “fator de produção” e até mesmo aos marxistas como David Harvey, onde prevalece a preocupação com os ajustes espaciais do capital invisibilizando os trabalhadores também como sujeitos que produzem seus ajustes espaciais e interferem na geografia do capitalismo.

<sup>17</sup> É preciso lembrar que a nossa leitura do espaço está referenciada na concepção de Moreira (2013) da relação espaço/contraespaço. Entendemos que o espaço geográfico é ordenador do antagonismo de

nesse quesito que os trabalhos de campo, o diálogo direto com os homens e mulheres que trabalham no campo e na cidade (organizados coletivamente ou não), com os movimentos sociais e demais organizações de trabalhadores(as), ocupa lugar central nas pesquisas, pois permite enxergar o papel central do trabalho como agente revolucionário e conseqüentemente transformador do espaço e do metabolismo social do capital.

### Os sujeitos na Geografia do Trabalho

É perceptível que falar de sujeito, para nós, não é o mesmo que tratar de indivíduos desconectados das classes sociais. Não nos interessa como comparece em certos estudos que se propõem críticos ao marxismo, falar de um indivíduo apenas pelo corte particular que apresenta em termos de etnia, raça, gênero, dentre outros sem que se considere a categoria classe social. A nosso ver, o sujeito do qual falamos é a sociedade, sendo que é impossível desconectar qualquer característica particular do indivíduo ou do grupo social desta premissa. Neste particular concordamos com Fabrini (2005) quando diz que o princípio marxista é primaz na compreensão da Geografia e do seu objeto de estudo, ou seja, o próprio sujeito, sendo que é importante não só reconhecer a sociedade como seu objeto, mas como esta sociedade desigual e dividida em classes produz o espaço geográfico.

Deste modo, não pautamos nossa perspectiva teórico-metodológica descolada da totalidade social, tampouco negamos o marxismo e sua filosofia da *práxis*. Por isso, falamos da construção de uma Geografia do Trabalho que entende essa categoria na sua relação dialética, isto é, como dominação (trabalho estranhado um produto histórico e mutável) e emancipação (trabalho concreto e condição ontológica, eterna necessidade natural do ser social no metabolismo ser humano e natureza), o que permite defender a centralidade do trabalho, no século XXI e não o “fim do trabalho” (ANTUNES, 2009; THOMAZ JUNIOR, 2009). Este caráter duplo do trabalho, como aludido por Marx (1983), Lukács (2010; 2012; 2013) e Mészáros (2002), deve ser reconhecido, porque

---

classes, formatando-se em espaço hegemônico. No entanto, a dominação jamais é consensual, o que significa que embora ordenador do antagonismo de classes, existe uma negação afirmadora do espaço hegemônico instituído, as lutas de contraespaço. Essa referência de “leitura” geográfica, permite o reconhecimento e a consideração dos conflitos como o principal processo da produção social do espaço e, por isso, não há espaço sem contraespaço e vice-versa, contraespaço sem espaço, a tensão é estrutural na relação sociedade e espaço (MOREIRA, 2012).

permite a crítica radical de sua forma histórica no capitalismo: o trabalho estranhado. Na síntese de Lessa (2002, p.34):

Em suma, o reconhecimento do caráter fundante do trabalho para o ser social não inviabiliza a crítica radical de suas formas historicamente concretas. Pelo contrário, esse reconhecimento está na base da proposta marxiana da superação do trabalho abstrato por uma sociedade de produtores livremente associados. Marx pôde postular a necessidade da superação do trabalho abstrato, forma historicamente particular de exploração do homem pelo homem. Nesse preciso sentido, a análise ontológica do trabalho tal como realizada por Lukács em nenhum momento vela os grandes problemas oriundos, para nossa sociedade, da vigência quase universal do trabalho abstrato. Pelo contrário, ao desvelar as conexões ontológicas mais genéricas que articulam trabalho e totalidade social, possibilita uma base teórica sólida para a mais radical crítica ao trabalho abstrato.

É no âmbito dessa relação social de trabalho estranhado, construída historicamente, que os homens e mulheres inserem-se na contemporaneidade nos mais distintos setores econômicos, empregos e ocupações (formais ou informais). Suas narrativas não são apenas “particulares”, mas pressionadas pela sua inserção de classe no âmbito do metabolismo social do capital (MÉSZÁROS, 2002). Por isso, ao entrevistar trabalhadores e trabalhadoras encontramos um conjunto de experiências que não são meramente individuais, mas vividas por uma classe. Trata-se da experiência de classe, “(...) determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente” (THOMPSON, 1987, p.10). Ou em termos precisos de Marx (2008, p.19): “(...) os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

Tudo isso significa que o papel do sujeito na história não pode ser suprimido da esfera da luta de classes. Ao mesmo tempo, se pensarmos o sujeito no âmbito da Geografia do Trabalho, a referência não poderia ser diferente, pois como diz Mézáros (2002), é o trabalho opositor do capital e aquele que pode imprimir outro curso histórico para além do capital e não o “indivíduo” autonomizado que esteja por fora desta esfera. Entender os(as) trabalhadores(as) como sujeitos sociais ativos e que podem interferir no espaço por meio das lutas de contraespaço, não pode prescindir da centralidade revolucionária do trabalho, isto é, a dialética da negação da sua afirmação enquanto trabalho subordinado à produção de mercadorias.

Isso não significa, de forma alguma, reduzir o debate do trabalho e, conseqüentemente, da classe trabalhadora, somente à esfera do proletariado, ou apenas ao conjunto das relações de assalariamento. Inclusive porque o próprio capital cria e recria relações não capitalistas como parte de sua própria lógica e utiliza-se de mecanismos de dominação e controle como, por exemplo, a subordinação da renda da terra para garantir o processo de acumulação. Além disso, na América Latina e no Brasil, seria um erro grotesco ignorar os(as) indígenas, quilombolas, camponeses(as), dentre outros povos originários e tradicionais, como sujeitos que constroem territorialidades relativamente autônomas e solidárias que conflitam com o capital disputando territórios, projetos de sociedade e, deste modo, tornam-se referenciais para construção de novas práticas. Até mesmo no que se refere às relações de trabalho que se centram, por exemplo, na preservação da “*Madre Tierra/ Mãe Terra*” (*Pachamama*) que, na visão dos povos indígenas, está sendo destruída pelo capitalismo contemporâneo, condição que os leva a lutar permanentemente contra esse modelo de sociedade.

Neste sentido, entender as questões étnico-raciais-culturais não pode estar descolado da dimensão de classe e, obviamente, da compreensão da formação econômico-social (formação espacial/socioespacial) da América Latina e do Brasil. Deste modo, é possível tecer críticas ao marxismo ortodoxo que, no geral, ignora estes aspectos específicos propondo teses equivocadas como a da destituição do feudalismo e das relações “primitivas” – a exemplo do stalinismo e das teses pecebistas no Brasil da década de 1960 – como um avanço histórico a ser alcançado pelo progresso das relações capitalistas expropriadoras dos formatos de vida não proletarizados, ou seja, dos(as) camponeses, quilombolas (as), povos indígenas etc.

Igualmente não há mais coerência em omitir o debate sobre gênero e questões étnico-raciais ou mesmo credenciá-los como temas que não interessam ao debate dos(as) marxistas quando discutem os sujeitos sociais, não raro partindo de uma avaliação equivocada de que estas pautas dividem os(as) trabalhadores(as) e impedem o avanço da luta de classes. A classe trabalhadora não é masculina, branca e heterossexual, pelo contrário é plural, heterogênea e diversa. O capital compreende muito bem estes aspectos e, por esse motivo, impõe, por exemplo, salários distintos em atividades laborais semelhantes entre homens e mulheres, algo que ainda é comum no

século XXI, assim como a divisão sexual do trabalho (BRUMATTI CARVALHAL, 2004; FRANCO GARCÍA, 2004). Ainda, quando observamos as organizações dos(as) trabalhadores(as), percebemos que nos espaços de decisão política existe a disparidade de gênero e as mulheres pouco ocupam estes lugares políticos, justamente pela existência da dupla e tripla jornada que se liga a permanência do patriarcado (SILVA e PAULA, 2016). Tais evidências fazem parte do complexo do estranhamento do trabalho e afetam inclusive as organizações políticas e os sujeitos que lutam pela superação do capital. Segundo Lukács:

[...] homens que combatem ardorosamente e também exitosamente o seu estranhamento enquanto trabalhadores na vida familiar causam um estranhamento tirânico a suas mulheres, o que os leva forçosamente a um novo estranhamento de si mesmos (LÚKACS, p.608).

Deste modo, não há como descredenciar as lutas contra a opressão de gênero, por equidade étnico-racial ou das questões LGBT por fora das lutas da classe trabalhadora e do entendimento dos sujeitos e das iniquidades que são nosso foco central na Geografia do Trabalho no Brasil do século XXI. Ao mesmo tempo, não se pode compreendê-las de forma isolada (indivíduo) e sem ligações com a luta de classes, pois deste modo não estaremos combatendo o complexo do trabalho estranhado em sua totalidade e não superaremos a sociedade do capital.

Além disso, acreditamos que para falar em sujeitos na Geografia do Trabalho é preciso compreender as identidades de classe e as ações concretas dos(as) trabalhadores(as) do campo e da cidade, que nos permitam apreender, de forma mais profunda, a centralidade revolucionária presente no universo do trabalho, no século XXI, bem como os conflitos territoriais e de classe que protagonizam nos quatro cantos do planeta. Sobre esse conceito diz Thomaz Junior (2009, p.81):

A vitalidade teórica que estamos tentando conferir ao universo do trabalho, levando em conta seus diferentes mundos, enraíza-se no objetivo maior de reconhecer sua centralidade, além de requerer que assumamos seu significado político, ontológico, econômico, exige igualmente que decifremos as diferentes identidades espaciais e territoriais do ser que trabalha no tempo e no espaço.

Neste íterim é imprescindível ressaltar que nos referenciamos na centralidade do trabalho defendida, dentre outros, por Lessa (2002), Mészáros (2002), Antunes

(2009) e Thomaz Junior (2009). Por esse motivo, rejeitamos as concepções que atestam o “fim do trabalho”, o “adeus ao proletariado”, ou “a crise da sociedade do trabalho”, tributárias do pensamento de Habermas (1988), Gorz (1987), Offe (1989), Kurz (1992; 1998), Bell (1977), Dahrendorf (1982), dentre outros(as).

Sobre estes autores(as), a título de indicação, embora com posições e filiações teóricas distintas entre si, pesa o entendimento de que o trabalho perde sua centralidade política e, deste modo, como compreende Gorz (1987), as ações emancipatórias não encontram respaldo no trabalho e na classe trabalhadora, mas sim numa suposta “não-classe-de-não-trabalhadores”, já que o proletariado fabril está diminuindo por causa das transformações do capitalismo pós-1970. Afinal de contas, como sugere Offe (1989), a redução do operariado fabril, típica das transformações ensejadas pela reestruturação produtiva do capital, significa a crise da sociedade do trabalho, que já não seria mais o eixo central das lutas políticas e da construção de uma “ética do trabalho”. Estas posições possuem vínculos com Hannah Arendt (2008), em *A Condição Humana*, quando defendeu que a modernidade acabou e de forma trágica, ou seja, a mesma tecnologia que pode emancipar pode destruir a todos, sendo que sua referência era a bomba atômica.

E na sequência, sob outro ângulo de análise, mas no mesmo campo dos acertos entre as classes sociais, Habermas (1988), defende que na modernidade o centro da estrutura da sociedade deslocou-se para o direito normativo, ou seja, passa a prevalecer a esfera do consenso entre as classes, e não será necessária a revolução. Para ele a resposta para os males inerentes ao modo de produção capitalista, como a má distribuição das riquezas, se daria no contexto dialógico-comunicativo perfeito (sua teoria da ação comunicativa). Já para Bell (1977), ainda no plano teórico dos(as) autores(as) que propõe o acerto das classes sociais, era necessário assumir que há uma pulverização dos(as) trabalhadores(as), dos setores médios, de trabalhadores(as) intelectualizados que não se juntam mais na identidade proletária. Ou ainda, mais temerário nessa busca conciliadora, Dahendorf (1982), quando propõe que não há mais antagonismo entre proletariado e burguesia, e os que ficam de fora vão produzir os conflitos: anomia. Para estes autores os conflitos sociais estão distantes da produção e, assim sendo, desvinculam-se do trabalho, apontando para novos campos de ação, atores e para uma nova racionalidade.

Além disso, é preciso ressaltar também o *Manifesto Contra o Trabalho* (1998) do Grupo Krisis e, obviamente, o papel do filósofo e ensaísta alemão Robert Kurz, que compreenderam o trabalho somente na esfera da (des)realização e não como uma categoria dialética. A tese de que, o trabalho, por ser parte do mundo da mercadoria (“força de trabalho”) é incapaz de superar a lógica do capital, como fora formulado por este autor, no limite, e apesar das agudas críticas que o mesmo desferiu ao capital, significa indicar a desconstrução de uma alternativa a esta forma histórica de controle do metabolismo social que será oriunda do trabalho<sup>18</sup>, conforme defendem, dentre outros(as), György Lukács e István Mészáros. Para o pensamento de Kurz e do Grupo Krisis, as propostas para revolução significam “abolir” o trabalho por entendê-lo apenas como significado de dominação, coerção etc.

Perde-se, então, a compreensão da dialética do trabalho em seu sentido marxiano já que, independente de todas as formas de sociedade, o trabalho, criador de valor de uso e, portanto, trabalho útil, é uma condição de existência dos homens e mulheres, ou seja, a eterna necessidade de mediação entre a sociedade e natureza (MARX, 1983). Assim, ao negar sua centralidade é preciso questionar se isso vale apenas para sociedade do trabalho abstrato ou se, também, é válido para a dimensão concreta (trabalho produtor de valor de uso). Estes questionamentos, a nosso ver, permitem observar a fragilidade das teorias que propugnam o “fim do trabalho”, pois não possibilitam enxergar que, a alternativa à sociedade do capital e ao complexo do trabalho estranhado, se dará pelo trabalho e pela classe trabalhadora. Por isso, é importante que “(...) não percamos de vista, entre outras coisas, que o abandono da centralidade do trabalho para explicação da sociedade contemporânea implica igualmente o abandono da teoria do valor-trabalho” (THOMAZ JUNIOR, 2009, p.112).

Isto posto é necessário apontar que as teses do “fim do trabalho” emergem num contexto bastante específico do desenvolvimento histórico do capital, o período da reestruturação produtiva. Neste, as transformações técnicas que levaram, em alguns setores espectrais, ao aumento da composição orgânica do capital e a consequente redução do capital variável (trabalho vivo), com o consecutivo avanço do trabalho no

---

<sup>18</sup> Essa discussão é bem posta por Ricardo Antunes e Dieter Heidmann em entrevista, no ano de 2012, ao *IHU-Online*, na qual o primeiro aponta as críticas centrais, das quais compartilhamos, à obra de Robert Kurz. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4598&secao=400](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4598&secao=400)>. Acesso em 15 jun. 2017.

setor de serviços, resultam nas confusões teóricas que apontaram o “fim do trabalho”. No entanto, a suposta crise da sociedade do trabalho não tem nada a ver com esta premissa, mas tão somente com o “fim do emprego”, no geral, industrial, com alguns direitos sociais adquiridos e praticamente restrito aos países centrais e seu *welfare state*.

Contraditoriamente, e apesar das propostas de descentramento da categoria trabalho, é impossível dizer, no século XXI, em que 75% dos(as) trabalhadores(as) do mundo possuem empregos temporários ou de curto prazo<sup>19</sup> (OIT, 2015), que o trabalho esteja em seu “fim” por conta das transformações técnicas nos processos produtivos, ou mesmo que os conflitos sociais e territoriais não estariam mais relacionados à esfera do trabalho. Na verdade, constata-se a redução do operariado fabril em determinados setores, principalmente espectrais do ponto de vista das forças produtivas, porém com uma ampliação dos empregos precários, temporários, sem direitos, no setor de serviços etc. Assim como as lutas e conflitos sociais que se dão contrariamente a tais situações, não se centram apenas nos sindicatos, mas se explicitam noutras formas de organização como, por exemplo, os movimentos sociais. Tal contexto, longe de significar o fim da centralidade do trabalho, crise da sociedade do trabalho ou o adeus ao proletariado, aponta para o caráter fragmentado, heterogêneo e complexo da classe trabalhadora na contemporaneidade (ANTUNES, 2005).

Um destes exemplos é a terceirização e o trabalho domiciliar. Desmonta-se fábricas inteiras transferindo, em alguns casos, partes do processo de produção para a própria casa dos(as) trabalhadores(as), como ocorre em setores como a produção de calçados (NAVARRO, 2006) e têxtil (BRUMATTI CARVALHAL, 2009). Este trabalho domiciliar, apesar de ser vendido como “moderno” pelas personificações do capital, é uma estratégia típica de redução de custos e precarização do trabalho, pois os(as) trabalhadores(as) são subcontratados(as), isto é, considerados(as) “empresas”, via de regra, sem CNPJ, deste modo, sem acesso aos direitos trabalhistas, o mesmo se passando com aqueles que dispõem de firmas constituídas os chamados *pejotizados*<sup>20</sup>. Em decorrência, observa-se que o “enxugamento” dos postos de trabalho nas indústrias

---

<sup>19</sup> Ver mais em: <<https://nacoesunidas.org/apenas-25-das-pessoas-no-mundo-possuem-trabalhos-formais-afirma-oit/>>. Acesso em 16 jun. 2017.

<sup>20</sup> *Pejotização* é o que a legislação trabalhista define para a hipótese em que o empregador obriga o trabalhador a constituir pessoa jurídica para a realização do trabalho dando roupagem de relação entre empresas. Trata-se de uma fraude trabalhista muito comum no Brasil e que poderá se tornar ainda mais frequente a partir das reformas sancionadas pelo governo golpista e ilegítimo de Michel Temer como a Lei Federal 13.429/17 (terceirização total) e a Lei 13.467/17 (reforma trabalhista).

não atesta o fim do trabalho, mas sua recriação sob relações ainda mais precárias, heterogêneas, clivadas e multifacetadas. Além disso, tais reformulações representam um ataque frontal aos sindicatos, pois desmonta o processo produtivo e as condições da luta centradas na reunião coletiva do proletariado no espaço fabril.

Aliás, é importante apontar que quando se trata de ocupações informais e precárias é imprescindível que se discuta as questões étnico-raciais e de gênero. No Brasil, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 64% dos desempregados, 66% dos domésticos e 67% dos ambulantes são negros(as)<sup>21</sup>. E mais, quando se trata da população que é considerada em situação de fora do mercado de trabalho (nem ocupadas e nem desempregadas), a presença de mulheres é de 65,1%. No quesito renda os dados da PNAD, no ano de 2015, revelam que o salário médio dos homens foi de R\$1901,36 e das mulheres R\$1383,21, o que evidencia as disparidades de gênero ainda presentes no século XXI. Assim, estudar os sujeitos do trabalho no século XXI não pode prescindir de estabelecer correlações com o gênero, a etnia, raça, dentre outros e, por esse motivo, o conceito de interseccionalidades<sup>22</sup>, oriundo sobremaneira das formulações das teóricas feministas, é absolutamente indispensável para Geografia do Trabalho.

Para além deste debate teórico sobre o que cabe ou não na definição de classe trabalhadora, já largamente apreciado criticamente, talvez seja interessante seguir, no século XXI, a rica indicação de Mészáros (2007) quando diz que o essencial é compreender o confronto fundamental e socialmente intransponível entre capital e trabalho que “(...) não se restringe a esta ou a aquela parcela particular do trabalho, mas abarca a totalidade do trabalho como o antagonista do capital” (MÉSZÁROS, 2007, p.71). Ou seja, é necessário negar o complexo do trabalho estranhado, mas sem que isso incorra no equívoco de decretar o “fim do trabalho”, pois é justamente da classe trabalhadora que advirá uma alternativa capaz de instituir um novo modo de controle do metabolismo social.

---

<sup>21</sup> Ver mais em <<http://www.dntemdebate.com.br/negros-sao-64-dos-desempregados-66-dos-domesticos-e-67-dos-ambulantes/>>. Acesso em 22 dez. 2017.

<sup>22</sup> As interseccionalidades são formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo, patriarcalismo. Segundo Creenshaw (2002) o gênero não é o único fator de discriminação, pois há a necessidade de articulá-lo, por exemplo, a outras dimensões como a classe, raça, sexualidade, nacionalidade, entre outros. Deste modo, as interseccionalidades são fundamentais na compreensão dos sujeitos sociais do trabalho.

Igualmente, a contribuição de Mészáros (2007) indica-nos, também, com seu conceito de totalidade viva do trabalho, a crítica aos conceitos enrijecidos de trabalho e de classe trabalhadora<sup>23</sup>. Tal perspectiva é um referencial fundamental para pensar o sujeito social no desenvolvimento das pesquisas do CEGeT, pois sem negar a centralidade do trabalho, o coletivo tem pautado o alargamento do conceito de trabalho e de classe trabalhadora para compreender o papel dos sujeitos sociais e dos conflitos territoriais nas pesquisas, sem que isso tenha qualquer veracidade com os ataques da *ortodoxista* que apregoa a deformação das teses marxianas (THOMAZ JUNIOR, 2017).

É fundamental indicar que, ao compreender a classe trabalhadora ampliada, entendemos as lutas sociais contemporâneas ligadas à totalidade viva do trabalho. Não reivindicamos, por exemplo, que as lutas dos movimentos sociais no Brasil, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), movimento indígena, quilombola, faxinalense, comunidades de fundo e fecho de pasto e outros exemplos, que buscam, dentre outras coisas, resgatar o sentido da terra, não como mercadoria, mas território de vida, lutar contra os grandes projetos barrageiros, mineradores, de produção de *commodities*, e pelo direito a terra e à cidade ou por uma plataforma operária e camponesa para energia, estejam desvinculadas do trabalho por não se restringirem ao circuito da relação essencialmente capitalista e da fábrica<sup>24</sup>.

Do mesmo modo, compreendemos que as lutas por questões vitais, nos dizeres de Antunes (2011), como aquelas que se dão contra a privatização da água, do petróleo, gás, preservação ambiental, não devem ser entendidas como incompatíveis com a luta do movimento do trabalho. Enfim, tais expressões de conflitos territoriais não devem ser concebidas – como fizeram os teóricos do descentramento da categoria trabalho e as análises enrijecidas no marxismo sobre a classe trabalhadora – por fora da centralidade

---

<sup>23</sup> Opomo-nos às perspectivas que defendem o apriorismo e engessamento teórico no âmbito do marxismo que, a pretexto da “fidelidade” às formulações originais presentes, em geral, no Livro I de *O Capital*, negam a necessidade da ampliação do significado de trabalho e de classe trabalhadora. Sobre esse debate teórico ver a obra de Sérgio Lessa intitulada *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*, como uma destas perspectivas apriorísticas e engessadas, bem como o artigo crítico da mesma de Valencia (2009).

<sup>24</sup> O caso dos povos indígenas é absolutamente emblemático, pois boa parte de suas práticas (relações de trabalho) centram-se no trabalho concreto e na produção de valores de uso sem a necessidade da existência da exploração do trabalho.

revolucionária do trabalho no século XXI, sobretudo quando falamos desde a América Latina e do Brasil.

Aliás, compreender a plasticidade presente no universo do trabalho é absolutamente importante para tecer críticas à perspectiva ortodoxa do marxismo. Thomaz Junior (2009) é pioneiro neste entendimento ao compreender que, por exemplo, camponeses piauienses, maranhenses etc., em certo período do ano migram para o trabalho proletário nos canaviais paulistas, mudando sua inserção social do ponto de vista das relações de trabalho, representação sindical etc. Captar este movimento – a dinâmica geográfica do trabalho – é importante, pois ele está presente em inúmeros lugares como é o caso dos indígenas do Oeste do Paraná que se deslocam diariamente para o trabalho operário no abate de frangos e suínos. Esse constante movimento característico e imanente da plasticidade do trabalho cobra-nos atenções importantes para o entendimento da classe trabalhadora no Brasil do século XXI e sua dinâmica geográfica que se expressa no rico e contraditório processo de redefinição das lutas e resistências, as quais não podem ser captadas pela rigidez teórica de certo marxismo “manualista”. O caso dos povos indígenas que se proletarizam no Oeste Paranaense<sup>25</sup> é simbólico, pois não é somente na condição de proletário que, necessariamente, suas lutas se expressam, mas sobremaneira na defesa dos seus territórios de vida nas áreas de (re)tomada em que conflitam diretamente com o capital. Isso não significa, também, que nas fábricas não possam integrar movimentos de paralisação e grevistas que porventura possam ocorrer. O que é importante destacar é a compreensão deste movimento territorial de classe<sup>26</sup>, pois não é somente na sua condição de proletariedade e no âmbito destas lutas que o indígena/trabalhador conflita e nega o capital.

Portanto, é a partir destes entendimentos que procuramos compreender os sujeitos da Geografia do Trabalho, isto é, aqueles(as) protagonistas das lutas de resistência (contraespaço), no século XXI e que podem imprimir outro horizonte histórico para a sociedade. Estes(as), a nosso ver, não se restringem ao proletariado puro, fabril e ao movimento operário, mas também às outras formas de externalização

---

<sup>25</sup> Masuzaki (2015) aponta ainda que em virtude das inúmeras ocupações que ocorrem na região desde o ano de 2012 muitos empresários e proprietários fundiários mobilizaram-se na tentativa de impedir a contratação da mão de obra indígena.

<sup>26</sup> Cf. Thomaz Junior (2013).

do trabalho que esgarçam as relações estritamente assalariadas. Tomamos de empréstimo a formulação de Thomaz Junior (2009, p.125):

[...] o que está em relevo é a necessidade inequívoca de repensarmos, por dentro da dinâmica territorial do trabalho, quais são as condições em que o conflito de classe se expressa, na sociedade, retrato, necessariamente, dos conflitos e da realidade da centralidade do trabalho, no século XXI, enfim, as apreensões das pesquisas recentes. Na verdade, independentemente de circunscrevermos nossa compreensão do antagonismo entre proletariado e burguesia, conforme foi entendido por Marx, no século XXI, ou se ampliada conceitualmente para a contraposição entre trabalho x capital, temos que entender efetivamente os papéis desempenhados pelos sujeitos sociais.

Por isso, nas pesquisas, o objetivo é compreender que os sujeitos sociais são protagonistas do que entendemos ser a construção da Geografia do Trabalho e da atualidade e essência do conceito de centralidade do trabalho. O foco nos conflitos territoriais, nas heterogêneas formas de explicitação da classe trabalhadora e seu movimento territorial de classe é o que nos permite vislumbrar as resistências dos sujeitos do trabalho no século XXI. Porém, estes enfoques não são possíveis de serem captados nem por uma perspectiva teórico-metodológica puramente descritiva, tampouco pela mera supervalorização do sujeito em seus aspectos individuais e desligado da dimensão de classe social. Do mesmo modo em que não é possível captar estes conceitos, oriundos das pesquisas do CEGeT e sua rede de pesquisadores(as), apenas com a revisão bibliográfica pura e simples e seu respectivo enrijecimento teórico proveniente do marxismo ortodoxo que, no geral, não aceita qualquer discussão que remeta aos desafios interpretativos e analíticos da classe trabalhadora alegando a deformação das categorias originais de Marx (THOMAZ JUNIOR, 2009).

É por esse motivo que defendemos a concepção de que o conhecimento começa pelo visível (empírico) – daí a importância dos trabalhos de campo e dos procedimentos metodológicos – para, num segundo momento, tornar-se concreto em pensamento, por óbvio com o recurso ao método analítico do materialismo histórico dialético. Não obstante, o trabalho de campo e os procedimentos metodológicos numa Geografia que se propõe a realizar a crítica radical da sociedade do capital, não pode furtar-se, de buscar compreender a essência da produção do espaço e da luta de classes

que se esconde por trás da aparência do arranjo paisagístico e contribuir para a transformação das distintas relações de exploração, controle e dominação.

### **Considerações finais**

Partindo do pressuposto de Thompson (1987) de que a classe é um fenômeno histórico e se forma quando há experiências comuns entre homens e mulheres dentre os quais há identidade de interesses entre si e contra outros homens e mulheres cujos interesses se opõem aos seus, é possível verificar que o conjunto plural das lutas sociais que pipocam nos quatro cantos do planeta, e que conflitam com a lógica do capital, fazem parte da resistência do universo do trabalho do século XXI em suas características heterogênea e fragmentada.

Neste sentido, não podemos afirmar que inexista resistência à lógica do capital e seu sociometabolismo, tampouco que não existam experiências colocadas em prática e que figuram como referenciais na luta dos(as) trabalhadores(as) contra o capital, inclusive com a instauração de relações de trabalho que procuram questionar a exploração e a dominação de classe como é verificável em comunidades originárias e tradicionais, camponesas, fábricas ocupadas sob controle operário etc. Por exemplo, a defesa dos territórios de vida dos povos indígenas conflita frontalmente com a lógica da agricultura capitalista e, longe de representar resquícios de relações do passado presentes no campo dos países latino-americanos, tornam-se uma das referências possíveis para pensarmos as lutas de contraespaço no século XXI e a transição para sociedade baseada na igualdade substantiva.

Com isso queremos dizer que não será, por exemplo, com a proletarização (forçada/induzida) dos povos indígenas latino-americanos e a suposta modernização técnica do campo – como entende o marxismo ortodoxo – que estaremos mais próximos da construção da revolução socialista. Pelo contrário cremos que será a partir dos elementos concretos presentes nas relações de trabalho, sociabilidade e suas noções de convivência harmônica com a dinâmica da natureza que, efetivamente, estaremos caminhando rumo à transformação histórica.

Neste particular entendemos que é preciso aprender com os erros históricos do passado socialista do século XX. Não é mais possível, para o socialismo do século XXI,

reivindicar teses que não compreendam as formações econômico sociais e assumam linhas táticas e estratégias equivocadas. O exemplo do stalinismo na China que procurou eliminar as relações asiáticas de produção do marxismo sob a justificativa de que estaria suprimindo o feudalismo chinês, perspectiva, aliás, muito presente nos debates do Partido Comunista Brasileiro (PCB), sobretudo na década de 1960<sup>27</sup>, revelou-se, segundo Lukács (2013), além de um rompimento com o método marxiano, um profundo erro. Devemos assimilar estas falhas históricas e considerar a categoria formação econômico-social ou formação espacial/socioespacial como imprescindível na análise dos conflitos sociais e territoriais no século XXI. Assim, procurar desvendar as lutas que podem imprimir outro curso histórico para o Brasil e América Latina, não devem prescindir da compreensão, por exemplo, dos povos originários e tradicionais o que já o fez, dentre outros(as), José Carlos Mariátegui.

Deste modo, as pesquisas e o trabalho de campo são imprescindíveis para conhecer as particularidades dos países latino-americanos e a realidade concreta de sua classe trabalhadora. Restringi-la ao operário pelo lugar que este ocupa na produção e, por consequência, a luta do sindicato, já não é mais satisfatório no século XXI em que os(as) trabalhadores(as) são cada vez mais informais, por conta própria, com contratos precários intermitentes, dentre outras características e se organizam, por exemplo, em movimentos sociais de luta pela moradia, terra e território de vida. Além disso, compreender as interseccionalidades como as questões étnico-raciais e de gênero, bem como, o movimento territorial do trabalho e sua plasticidade constantemente refeita é absolutamente fundamental para compreender as novas formas de lutas de contraespaço presentes no universo do trabalho, bem como, de uma vez por todas sustentar que a igualdade de gênero e étnico-racial devem ser características fundamentais de uma sociedade verdadeiramente emancipada. Tudo isso não implica em negar a luta do proletariado, do sindicato, do partido, mas de caracterizar as demais resistências como parte integrante de um projeto revolucionário e não apenas como lutas dos “outros(as) oprimidos(as)” ou características do “*lumpen*”, reduzindo-as em sua ordem de importância. Neste ínterim, assimilar a dinâmica geográfica do trabalho e sua plasticidade é uma pista importante para desnudar a teoria estática sobre a classe no âmbito do marxismo ortodoxo.

---

<sup>27</sup> Esse debate é muito bem colocado por Caio Prado Junior em *A revolução Brasileira* obra de 1966.

As pesquisas da Geografia do Trabalho realizadas pelo CEGeT contribuem para aprofundar essa perspectiva de um marxismo que não negue o real concreto, as formações socioeconômicas/espaciais latino-americanas, interseccionalidades e o trabalho empírico, tampouco a revisão bibliográfica. Porém, uma de suas críticas centrais, e que contribui para seus entendimentos sobre a classe trabalhadora no Brasil do século XXI, é direcionada ao marxismo ortodoxo, não raro restrito às pesquisas de gabinete e de revisão bibliográfica. Muitos destes(as) autores(as) procuram desautorizar qualquer tentativa de avançar na compreensão da categoria trabalho e classe trabalhadora sob a alegação de que se está a deformar Marx. Pois bem, as pesquisas analisadas demonstram que essa concepção pode deixar de perceber a atualidade da centralidade do trabalho no século XXI e da necessidade de ampliação na compreensão do sujeito social do trabalho, ou seja, da classe trabalhadora. Aqui seguimos a indicação de Lukács (2013, p.575):

A teoria marxiana, porém, é, como foi mostrado, um novo tipo de síntese de filosofia e ciência. Portanto, a sua renovação deve ser vinculada organicamente com um conhecimento teórico da situação atual. Isto é, com base no autêntico método marxiano, deveria ser posto a descoberto o caminho econômico que leva à situação atual, aos seus problemas, aos seus modos de dirimir. Desviar-se do marxismo enquanto unidade de ciência e filosofia tem como consequência que os marxistas muitas vezes procurem aplicar de modo acrítico e mecânico ao presente categorias que foram formuladas há 40-80 anos.

Por fim, acreditamos que a discussão do sujeito na Geografia do Trabalho nos remeteu, ao longo do presente artigo, ao debate de método e metodologias de pesquisa como partes indissociáveis da *práxis* das pesquisas do CEGeT. São estes procedimentos que nos permitem vislumbrar em Marx e seu materialismo histórico dialético (método) e no conjunto de metodologias de pesquisa, a relação dialógica com os sujeitos sociais e a possibilidade de mostrar os conflitos territoriais, as lutas de contraespaço e a vivacidade que ainda existe para construção de uma perspectiva revolucionária a partir do movimento do trabalho no século XXI.

## Referências

- ALENTEJANO, P. R. R.; ROCHA-LEÃO, O. M. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 51-68, 2006.
- ALVES, J. **As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO): degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia**. 2014. 670 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 10ª impressão revisada e ampliada. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- ANTUNES, R. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ARENDT, H. **A condição humana**. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2008.
- AZEVEDO, J. R. N. D. **As ações do agrohidronegócio, o papel do Estado e as formas de controle do trabalho no Mato Grosso do Sul**. 2013. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- BELL, D. **O Advento da Sociedade Pós Industrial**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BERNAT, I. G. **Um novo jeito de organizar. A nova organicidade em/do movimento; luta pela terra, luta na terra e identidade sem terra na área de influência da brigada Salvador Allende-MST (Paraná, Brasil)**. 2012. 293 f. Tese (Doutorado em História) - Universitat de Lleida, Lleida.
- BEZERRA, J. E. **A fruticultura no Nordeste semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho**. 2012. 376 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- BRUMATTI CARVALHAL, T. **Gênero e classe nos sindicatos**. Presidente Prudente: Centelha, 2004.
- BRUMATTI CARVALHAL, T. **Dinâmica territorial do trabalho domiciliar das mulheres em Terra Roxa/PR**. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- CARLOS, A. F. A "geografia crítica" e a crítica da geografia. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 11, n. 245, p. 1-11, ago 2007.

CARVALHAL, M. D. Trabalho, sindicatos e gestão territorial da sociedade. **Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 1-25, 2000.

CARVALHAL, M. D. **A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos**. 2004. 337 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

CREENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CUNHA, T. B. **Do oculto ao visível: terra-água-trabalho e o conglomerado territorial do agrohidronegócio no Oeste da Bahia**. 2017. 453 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

DAHRENDORF, H. **As Classes e Seus Conflitos na Sociedade Industrial**. Brasília: Editora da UnB, 1982.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FABRINI, J. E. O sujeito e o objeto na Geografia. **Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon, v. 12, n. 1, p. 12-14, 2005.

FOSCHIERA, A. A. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil**. 2009. 344 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FRANCO GARCIA, M. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. 2004. 227 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

GONÇALVES, M. A. **O trabalho no lixo**. 2006. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

HABERMAS, J. **Teoria de la Acción Comunicativa**. Madrid: Taurus, v. v. I e II, 1988.

HEIDRICH, A. L. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. In: HEIDRICH, A. L.; PIRES, C. L. Z. **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letral, 2016. p. 15-33.

HEROD, A. From a geography of labor to a labor geography: labor's spatial fix and the geography of capitalism. **Antipode**, Malden, v. 29, n. 1, p. 1-31, 1997.

HEROD, A. **Labor Geographies: workers and the landscapes of capitalism**. New York: The Guilford Press, 2001.

HEROD, A. O conhecimento geográfico sobre os trabalhadores: reflexões sobre as pesquisas nos Estados Unidos e Brasil. **Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 15, n. número especial, p. 5-47, 2014.

IKUTA, F. K. **Práxis e dinâmica territorial da luta pela moradia: articulações, contradições e possibilidades no âmbito do conflito capital x trabalho**. 2008. 323 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

KRISIS. **Manifesto contra o trabalho**. São Paulo: AGB/SP, 1998.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

KURZ, R. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LACOSTE, Y. **Geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1993.

LESSA, S. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Boitempo, 2002.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARCOS, V. D. Trabalho de campo em Geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 105-136, 2006.

MARX, K. Teses sobre feuerbach. In: GRIFO, C. **Karl Marx e Friedrich Engels: textos filosóficos**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1974. p. 7-11.

MARX, K. **O capital crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, v. I Tomo 1, 1983.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MASUZAKI, T. I. A luta dos Povos Guarani no Extremo Oeste do Paraná. **Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 16, n. especial, p. 75-88, maio 2015.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**. 2004. 458 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 2006. 440 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MORAES, A. C. R. D. **Geografia: pequena história crítica**. 17. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOREIRA, R. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, R. **Geografia teoria e crítica: o saber posto em questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982. p. 12-43.

MOREIRA, R. Teses para uma geografia do trabalho. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 2, n. 22, p. 19-23, ago. 2002.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico? por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2009.

MOREIRA, R. **O que é geografia? (nova versão reescrita e atualizada)**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

MOREIRA, R. **Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas**. São Paulo: Contexto, 2012.

MOREIRA, R. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil: classes urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira.** 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

NAVARRO, V. L. **Trabalho e trabalhadores do calçado: a indústria calçadista em Franca (SP) das origens artesanais à reestruturação produtiva.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OFFE, C. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p. 1-14, jun. 1989.

OLIVEIRA, A. M. S. D. **Reordenamento territorial produtivo do agronegócio no Brasil e os desdobramentos para o trabalho.** 2009. 615 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

OLIVEIRA, R. D. D.; OLIVEIRA, M. D. D. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante.** 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 17-33.

PERPETUA, G. M. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo.** 2016. 370 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PONTE, K. F. D. **O desenvolvimento sustentável e o controle social da natureza e do trabalho: um estudo a partir da fábrica de preservativos masculinos de Xapuri (AC).** 2014. 360 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A geografia está em crise. Viva a geografia! In: MOREIRA, R. **Geografia teoria e crítica: o saber posto em questão.** Rio de Janeiro: Vozes, 1982. p. 72-93.

PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1966.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, junho 1977.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova.** 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SCHLOSSER, M. T. S. **Rádio, consensos e dissensos: o reverso do discurso e a crise da especialização agrícola (extremo Oeste do Paraná 1980-2000).** 2005. 248 f. Tese

(Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SILVA, J. R. D.; PAULA, R. P. D. Geografia e gênero nos sindicatos docentes de Presidente Prudente (SP): os limites do sindicalismo oficial. **Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 17, n. 1, p. 200-220, julho 2016.

SILVA, O. A. D. **Recursos hídricos, ação do Estado e reordenação territorial: o processo de implantação da barragem e do distrito de irrigação de Ponto Novo no estado da Bahia**. 2008. 375 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela.

SIMÕES, W. **Territorialidades da juventude faxinalense: entre a produção de invisibilidades, a precarização dos territórios de vida e os desafios da construção de um bem viver**. 306 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2015.

SOUZA, S. M. R. D. **A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canavieira: estratégias discursivas para a ação do capital no campo**. 2011. 275 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

THOMAZ JUNIOR, A. Por uma geografia do trabalho. **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 6, n. 119, 2002.

THOMAZ JUNIOR, A. Trabalho de campo: o laboratório por excelência do geógrafo. In: THOMAZ JUNIOR, A. **Geografia passo-a-passo: ensaios críticos dos anos 1990**. Presidente Prudente: Centelha, 2005. p. 31-40.

THOMAZ JUNIOR, A. Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JUNIOR, A.; CARVALHAL, M. D.; BRUMATTI CARVALHAL, T. **Geografia e Trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Editorial Centelha, v. 2, 2006. p. 130-167.

THOMAZ JUNIOR, A. Territórios em disputa e o movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora. **Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 14, n. 2, p. 1-24, dez. 2013.

THOMAZ JUNIOR, A. **Movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora, desterração e os sujeitos transcendentais/da resistência no século XXI**. Tese (Professor Titular) Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, p. 298. 2017.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos**. 2009. 499 f. Tese (Livre-Docência em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

THOMAZ JUNIOR, A.; LEÃO, L. H. C.; PIGNATI, W. A. Trabalho rural, degradação ambiental e contaminação por agrotóxicos. In: NAVARRO, V. L.; LOURENÇO, E. A. D. S. **O Averso do Trabalho IV: terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho.** São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 10-30.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VALENCIA, A. S. Trabalho, classe trabalhadora e proletariado: ensaio sobre as contradições e crises do capitalismo contemporâneo. **HISTEDBR**, Campinas, n. Número Especial, p. 3-15, mai. 2009.

---

**Sobre o autor**

***Fernando Mendonça Heck***

Possui graduação em Geografia pela UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - campus de Marechal Cândido Rondon/PR, Mestrado e Doutorado em Geografia pela FCT/UNESP campus de Presidente Prudente. Autor do livro *No abate de frangos e suínos: o descarte do trabalho* (2017). Atualmente é Professor do Instituto Federal de São Paulo Campus Avançado Tupã. Membro do CEGET - Centro de Estudos de Geografia do Trabalho, do GEOLUTAS - Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade e do Coletivo CETAS de Pesquisadores - Centro de Estudos e Pesquisas do Trabalho Ambiente e Saúde.

---

Artigo Recebido em Outubro de 2017.  
Artigo aceito para publicação em Dezembro de 2017.